A Tecnologia Atravessa os Rios: Interiorização da Urna Eletrônica, Mediação Humana, Educação e Cidadania na Amazônia

Jacqueline Araujo de Oliveira

Resumo: A chegada de tecnologias a comunidades amazônicas de difícil acesso envolve condições territoriais, infraestruturais e humanas que não se reduzem ao transporte de equipamentos. Neste artigo, analiso minha experiência como presidente de seção eleitoral em Vila Franca, no município de Santarém, Pará, situada em área de várzea, à luz de uma trajetória de participação em sete pleitos eleitorais com deslocamentos para comunidades. O objetivo consiste em compreender como a interiorização da tecnologia eleitoral se articula aos modos de circulação, aos espaços institucionais e às mediações necessárias à realização da votação. Desenvolvo um relato de experiência de caráter descritivo-reflexivo, fundamentado em memória profissional, registros fotográficos e audiovisuais da vivência e diálogo com literatura sobre território, técnica, educação e logística eleitoral. A análise organiza-se em três núcleos: a materialidade dos deslocamentos; a escola como lugar de convergência de serviços públicos; e a tensão entre a presença anunciada de conectividade e as limitações de fornecimento energético observadas no estabelecimento escolar. As imagens documentam paisagens fluviais, circulação em terreno arenoso, instalações escolares e participantes da atividade, sem permitir identificar, isoladamente, o percurso exato da urna ou seu funcionamento. A experiência indica que a efetivação territorial de serviços mediados por tecnologia requer articulação entre meios técnicos, instituições, pessoas e condições locais. Concluo que compreender a chegada da urna à Amazônia exige considerar não só sua disponibilidade, mas as relações sociotécnicas que tornam possível o exercício do direito ao voto.

Palavras-chave: Tecnologia eleitoral. Território amazônico. Educação.

Recebido em: julho, 2026. Aceito em: outubro, 2026
DOI: 10.56069/2676-0428.2026.870
Territórios do Saber: Pesquisa, Cultura e Contemporaneidade
Novembro, 2026, v. 3, n. 44
Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional
ISSN: 2676-0428

Technology Across Rivers: Internalization of the Electronic Voting Machine, Human Mediation and Citizenship in Amazon

Abstract: The arrival of technologies in Amazonian communities that are difficult to access involves territorial, infrastructural, and human conditions that are not reduced to the transportation of equipment. In this article, I analyze my experience as president of a polling station in the community of Vila Franca, in the municipality of Santarém, Pará, located in a floodplain area, in the light of a trajectory of participation in seven electoral elections with displacements to communities. The objective is to understand how the internalization of electoral technology is articulated with the modes of circulation, institutional spaces, and mediations necessary for voting. I develop a descriptive-reflective experience report, based on professional memory, photographic and audiovisual records of the experience, and dialogue with literature on territory, technique, education, and electoral logistics. The analysis is organized into three nuclei: the materiality of displacements; the school as a place of convergence of public services; and the tension between the announced presence of connectivity and the limitations of energy supply observed in the school establishment. The images document river landscapes, circulation in sandy terrain, school facilities and participants in the activity, without allowing the exact route of the ballot box or its operation to be identified. Experience indicates that the territorial implementation of technology-mediated services requires articulation between technical means, institutions, people and local conditions. I conclude that understanding the arrival of the ballot box in the Amazon requires considering not only its availability, but also the socio-technical relations that make it possible to exercise the right to vote.

Keywords: Electoral technology. Amazon territory. Education.

Tecnología a través de ríos: Internalización de la máquina de votación electrónica, mediación humana y ciudadanía en Amazonas

Resumen: La llegada de tecnologías a comunidades amazónicas de difícil acceso implica condiciones territoriales, infraestructurales y humanas que no se reducen al transporte de equipos. En este artículo, analizo mi experiencia como presidente de un colegio electoral en la comunidad de Vila Franca, en el municipio de Santarém, Pará, situado en una zona de llanura inundable, a la luz de una trayectoria de participación en siete elecciones electorales con desplazamientos a las comunidades. El objetivo es entender cómo se articula la internalización de la tecnología electoral con los modos de circulación, los espacios institucionales y las mediaciones necesarias para el voto. Desarrollo un informe de experiencia descriptivo-reflexivo, basado en memoria profesional, registros fotográficos y audiovisuales de la experiencia, y diálogo con la literatura sobre territorio, técnica, educación y logística electoral. El análisis se organiza en tres núcleos: la materialidad de los desplazamientos; la escuela como lugar de convergencia de servicios públicos; y la tensión entre la presencia anunciada de conectividad y las limitaciones del suministro energético observadas en el establecimiento escolar. Las imágenes documentan paisajes fluviales, circulación en terrenos arenosos, instalaciones escolares y participantes en la actividad, sin permitir identificar la ruta exacta de las urnas ni su funcionamiento. La experiencia indica que la implementación territorial de servicios mediados por tecnología requiere articulación entre medios técnicos, instituciones, personas y condiciones locales. Concluyo que comprender la llegada de las urnas en la Amazonía requiere considerar no solo su disponibilidad, sino también las relaciones sociotécnicas que hacen posible ejercer el derecho al voto.

Palabras clave: Tecnología electoral. Territorio amazónico. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A imagem de uma urna eletrônica em uma seção eleitoral costuma remeter à interface que recebe o voto e aos procedimentos técnicos de identificação e registro. Há, entretanto, uma história anterior à utilização do equipamento. Até alcançar determinadas comunidades da Amazônia, o processo eleitoral pressupõe deslocamentos, organização de equipes, definição de locais de votação, circulação de informações e articulação de recursos cujas condições variam profundamente de um território para outro. A urna, quando observada apenas em seu momento de uso, pode fazer desaparecer o trabalho coletivo e a materialidade da viagem que tornam a votação possível.

A Justiça Eleitoral reconhece que a distribuição dos equipamentos depende das características das zonas eleitorais, mobilizando, conforme a localidade, embarcações, veículos terrestres e aeronaves (Brasil, 2024; Brasil, 2026). No Pará, a dimensão fluvial dessa operação é expressiva: a documentação institucional de 2026 registra 1.691 seções eleitorais ribeirinhas, das quais 622 possuem acesso exclusivamente por via fluvial (Pará, 2026). Esses números apresentam a escala regional da logística e não descrevem, por si, os procedimentos concretos adotados em cada comunidade. Servem, contudo, para situar a interiorização das urnas como uma questão territorial de grande relevância.

Minha percepção desse problema foi constituída no exercício profissional. Participei de sete pleitos eleitorais em atividades que envolveram deslocamentos para comunidades, e, entre essas experiências, destaco minha atuação como presidente de seção eleitoral na comunidade de Vila Franca, município de Santarém, Pará, em uma área de várzea. A participação direta na organização da votação levou-me a observar o território como cenário da atividade e como dimensão que condiciona as possibilidades concretas de presença institucional e uso das tecnologias. Também reconheci, no espaço escolar que integra a memória dessa experiência, um contraste significativo: a divulgação de uma iniciativa de conectividade coexistia com limitações de infraestrutura elétrica.

Essa constatação aproxima a vivência de um debate mais amplo. A tecnologia não chega a lugares socialmente vazios, tampouco adquire utilidade

independentemente das práticas de quem a transporta, administra e utiliza. Santos (2006), ao compreender o espaço por meio da relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, oferece uma chave de leitura para a interação entre urna, transporte, escola, energia e trabalho humano. Cruz Junior (2020), ao problematizar o determinismo tecnológico no campo educacional, ajuda a reconhecer os limites de narrativas que atribuem aos artefatos uma potência transformadora autônoma.

Diante disso, formulo a questão que orienta este relato: de que modo a atuação em uma seção eleitoral de comunidade amazônica de várzea permite compreender as condições territoriais e as mediações humanas relacionadas à chegada e à presença de tecnologias públicas? Meu objetivo é analisar criticamente a experiência de presidência de seção em Vila Franca, articulando memórias de atuação, registros visuais e literatura sobre território, técnica e cidadania. O artigo apresenta, inicialmente, os fundamentos de interpretação e o percurso metodológico; em seguida, examina as imagens do território e do espaço escolar, para discutir as contradições entre infraestrutura, circulação e disponibilidade tecnológica.

2 TERRITÓRIO, TÉCNICA E CIRCULAÇÃO NA AMAZÔNIA

Compreender a circulação da urna eletrônica exige reconhecer que o espaço geográfico não é uma superfície neutra sobre a qual equipamentos são depositados. Na proposição de Santos (2006), os objetos técnicos se tornam inteligíveis em relação às ações que os produzem, deslocam, organizam e fazem funcionar. Uma embarcação, uma via de circulação, uma fonte de eletricidade ou um prédio escolar participam de redes de relações que configuram as possibilidades de atuação dos serviços públicos. O equipamento eleitoral não se encontra fora dessas relações. Sua presença em uma comunidade faz parte de uma organização territorial e institucional mais abrangente.

A dimensão material adquire particular importância nas áreas ribeirinhas, onde as condições de deslocamento são inseparáveis da organização cotidiana. A literatura sobre redes escolares na Amazônia demonstra que o acesso a serviços pode depender da articulação entre fluxos materiais e imateriais. Doza e Nogueira (2024), ao investigarem escolas ribeirinhas de Manaus, analisam a

circulação fluvial e a transmissão de conteúdos educacionais, mostrando a relevância das redes de transporte e comunicação para a continuidade da educação. Não se trata de equiparar a logística escolar à eleitoral, mas de reconhecer que ambas demandam formas concretas de conexão entre instituições e territórios.

Em outra investigação situada no contexto amazônico, Pantoja e Borges (2026) examinam dificuldades de acesso à escola provocadas pela vazante em uma área ribeirinha do Amazonas. Seu estudo permite compreender como a variação das condições fluviais pode repercutir na continuidade de serviços públicos. As circunstâncias ali investigadas não devem ser transpostas automaticamente a Vila Franca. O diálogo bibliográfico interessa sobretudo porque desconjunta o olhar da suposta distância abstrata entre centro e periferia para a especificidade dos percursos e dos ritmos territoriais.

No processo eleitoral, o problema da circulação ganha uma expressão institucional própria. O Tribunal Superior Eleitoral informa que o planejamento da distribuição pode seguir rotas diferenciadas, inclusive com entrega de equipamentos a presidentes de mesa ou transporte por equipes responsáveis pela distribuição (Brasil, 2024)..

O debate sobre inclusão tecnológica também exige cautela. A introdução de artefatos digitais pode ampliar possibilidades de participação institucional, mas isso não elimina desigualdades anteriores nem substitui investimentos em infraestrutura. No campo da educação, Cruz Junior (2020) sustenta uma crítica às interpretações que tratam tecnologias como agentes autônomos de mudança. Seu argumento contribui, por extensão analítica, para indagar quais condições permitem que os recursos digitais sejam socialmente apropriados. No caso da urna, a preocupação recai sobre a materialidade dos meios que viabilizam o processo eleitoral; no caso da escola, sobre as condições de energia e conectividade que sustentam as práticas educacionais.

Assim, o território amazônico não será apresentado como espaço de carência homogênea ou de excepcionalidade exótica. A experiência em Vila Franca interessa por revelar relações específicas entre infraestrutura disponível, modos de circulação e presença institucional. Pensar a chegada da tecnologia significa, igualmente, considerar os conhecimentos práticos e as decisões das

pessoas envolvidas no serviço, sem transformar a atuação humana em elemento secundário diante da máquina.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo constitui um relato de experiência de natureza qualitativa e descritivo-reflexiva, elaborado a partir de minha atuação como presidente de seção eleitoral na comunidade de Vila Franca, em Santarém, no Pará. O acontecimento específico integra uma trajetória profissional mais extensa, marcada pela participação em sete pleitos com deslocamento a comunidades. Essa trajetória constitui horizonte de experiência, mas não configura uma pesquisa longitudinal com observações padronizadas ou comparação sistemática entre pleitos.

A elaboração da narrativa articula memória profissional e registros fotográficos e audiovisuais do território e da vivência, examinados à luz de bibliografia acadêmica e documentos institucionais pertinentes. Os registros visuais incluem paisagens fluviais, uma embarcação, transporte por tração animal em solo arenoso, instalações de um espaço escolar, integrantes de uma equipe e um cartaz de conectividade fixado na escola. Sua utilização é contextual e interpretativa, pois uma fotografia registra elementos presentes no enquadramento, mas não demonstra necessariamente o percurso seguido pela urna, a função de cada pessoa retratada, as condições de energia em operação ou o funcionamento de um serviço digital.

A literatura sobre relatos de experiência orienta esta escolha. Mussi, Flores e Almeida (2021) reconhecem que a apresentação crítica de práticas profissionais pode produzir conhecimento quando combina descrição fundamentada e reflexão. Daltro e Faria (2019), por sua vez, destacam a posição implicada de quem narra e a importância de situar sujeitos, práticas, território e tempo histórico. Adoto, deste modo, a primeira pessoa do singular como recurso de responsabilidade epistemológica, já que explicito de onde observo e interpreto, sem atribuir às minhas impressões o estatuto de evidência universal.

Organizei a interpretação em três dimensões relacionadas: a circulação e suas materialidades; a escola como espaço de presença institucional e realização de atividades coletivas; e a coexistência de iniciativas tecnológicas

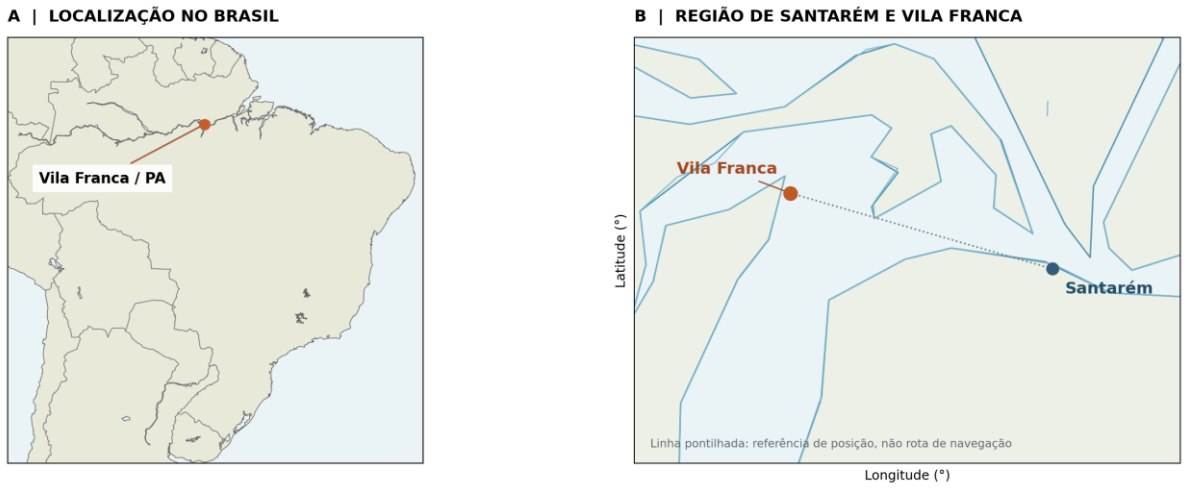
com limitações de infraestrutura. Não realizei entrevistas, medições de qualidade de conexão ou avaliação técnica da instalação fotovoltaica. Também não disponho, para este relato, de séries de dados sobre comparecimento, incidentes operacionais, tempos de viagem ou desempenho das urnas. O argumento respeita esses limites e não se propõe a medir impacto eleitoral ou educacional.

4 A EXPERIÊNCIA DE VILA FRANCA: O TERRITÓRIO VISTO A PARTIR DA SEÇÃO ELEITORAL

Vila Franca situa-se na margem esquerda do rio Tapajós, nas proximidades do encontro com o rio Arapiuns, no município de Santarém, Pará. Na delimitação territorial do Censo Demográfico de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identifica a localidade como Vila Franca, no distrito de Alter do Chão e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (IBGE, 2022).

O Plano de Manejo da reserva registra Vila Franca como comunidade próxima ao acesso fluvial desde Santarém e informa, como referência territorial, um percurso de aproximadamente 52 quilômetros e duas horas de lancha, sujeito às condições da navegação (ICMBio, 2014). Essa localização, apresentada na Figura 1, permite compreender por que a circulação de pessoas, equipamentos e serviços deve ser examinada a partir das particularidades geográficas da região, sem reduzir o território à ideia abstrata de isolamento.

Figura 1 – Localização da comunidade de Vila Franca, Santarém–PA, na região dos rios Tapajós e Arapiuns.



Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2022), ICMBio (2014) e coordenadas cartográficas de Vila Franca (OpenStreetMap, 2026). Representação regional aproximada; a linha pontilhada não indica rota fluvial.

Na localidade identificada pelo IBGE como Vila Franca Arapiuns, o território e os deslocamentos orientam minha leitura da experiência eleitoral. Minha atuação ali como presidente de seção eleitoral confrontou-me com uma dimensão do trabalho público que nem sempre recebe atenção quando se discute a modernização das eleições: antes de se tornar um dispositivo acessível ao eleitor, a urna precisa integrar um circuito de preparação, deslocamento e organização, em um ambiente no qual o acesso é inseparável das condições locais.

Nos registros que acompanham esta experiência, a água e a faixa de areia aparecem como elementos marcantes da paisagem. A fotografia da embarcação próxima à margem não constitui, isoladamente, prova do itinerário percorrido por uma urna; seu valor documental reside em tornar visível um modo de circulação associado ao território. Ao observar novamente esse registro, reconheço que a discussão sobre acesso aos serviços públicos precisa começar pelas condições materiais de deslocamento, em vez de presumir que a distribuição de equipamentos ocorre segundo um padrão uniforme.

Figura 2 – Embarcação e margem arenosa em registro do território amazônico.



Fonte: acervo pessoal da autora (outubro de 2026).

A leitura desse ambiente remete à ideia de fluxos territoriais. Doza e Nogueira (2024) demonstram, em escolas ribeirinhas, que transporte e comunicação compõem relações de acesso cuja efetividade depende da rede em que estão inseridos. Em minha experiência eleitoral, essa interlocução teórica ajuda a formular uma pergunta relevante: o que se perde quando o equipamento é visto como expressão isolada da modernização e se invisibilizam os caminhos, os tempos, as pessoas e as instituições que sustentam sua chegada? O registro fluvial não responde a todos esses aspectos, mas amplia a escala da pergunta.

Outra fotografia mostra uma carroça de tração animal atravessando uma extensão arenosa, com a urna acomodada na estrutura de transporte e pessoas próximas. O registro evidencia uma alternativa de mobilidade presente no cenário documentado e sugere que a circulação local envolve meios diversos daqueles associados à infraestrutura urbana. Essa diferença interessa à análise territorial porque desafia a expectativa de continuidade entre os sistemas técnicos disponíveis nos centros e os modos práticos de deslocamento em áreas de várzea.

Figura 3 – Deslocamento da urna em terreno arenoso com utilização de carroça de tração animal.

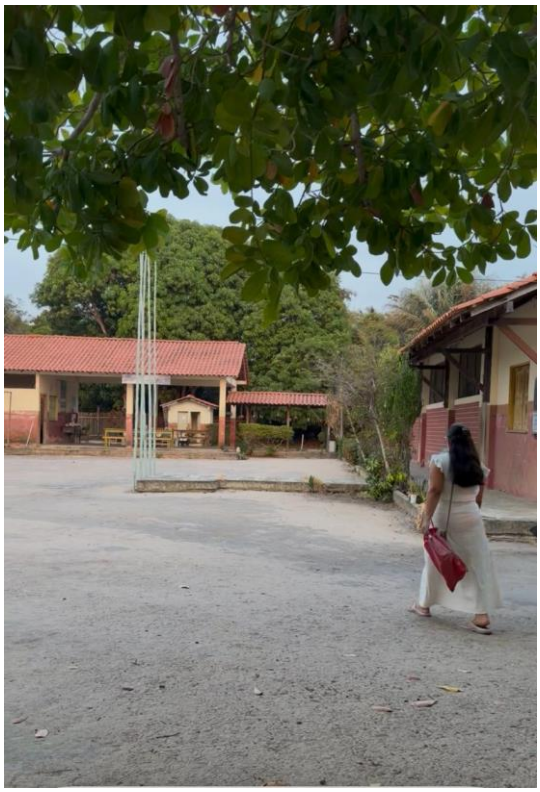


Fonte: acervo pessoal da autora (outubro de 2026).

Sob a perspectiva de Santos (2006), objetos técnicos distintos podem coexistir e integrar o mesmo sistema de ações, dependendo das circunstâncias e das finalidades. A questão analiticamente relevante é compreender como as práticas de mobilidade respondem às condições territoriais e que relações estabelecem com a circulação de serviços públicos. A presença simultânea de equipamentos digitais e transportes locais não constitui paradoxo em si; ela expressa a heterogeneidade material dos territórios.

O conjunto de fotografias mostra ainda construções escolares, pátio aberto e áreas externas com vegetação. Esses elementos permitem situar a experiência em um espaço institucional concreto, e não apenas na paisagem fluvial. No interior da Amazônia, a escola pode ser um ponto de encontro entre diferentes dimensões da vida comunitária e a presença de políticas públicas. No caso observado, o prédio integra o contexto da atividade eleitoral e oferece uma referência espacial importante para interpretar a relação entre infraestrutura escolar e serviços institucionais.

Figura 4 – Vista do conjunto edificado e do pátio escolar registrado em Vila Franca.



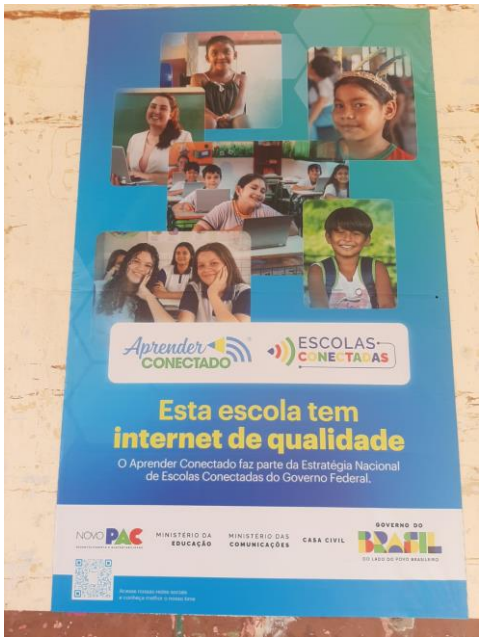
Fonte: acervo pessoal da autora (outubro de 2026).

Minha posição como presidente de seção introduz outra dimensão na narrativa: a responsabilidade pela condução dos trabalhos eleitorais conforme os procedimentos aplicáveis. O exercício dessa função pressupõe coordenação e atenção aos protocolos institucionais, mas o relato não dispõe de registros suficientes para reconstituir, passo a passo, a instalação da urna, o fluxo de votação ou eventuais ocorrências.

5 ENTRE CONECTIVIDADE E ENERGIA: LIMITES MATERIAIS DA PRESENÇA TECNOLÓGICA

Entre os registros feitos no espaço escolar, um cartaz anuncia a participação da instituição em uma iniciativa identificada como Aprender Conectado/Escolas Conectadas, acompanhada da afirmação de que a escola dispõe de internet de qualidade. O documento visual é relevante porque torna visível uma política de presença tecnológica em um lugar no qual também observei limitações na infraestrutura energética. A escola utiliza placas solares e, conforme minha observação, a capacidade disponível não atende integralmente às necessidades cotidianas; não havia ventiladores e a disponibilidade de energia era insuficiente para todos os usos demandados.

Figura 5 – Cartaz de iniciativa de conectividade fixado na escola da comunidade.



Fonte: acervo pessoal da autora (outubro de 2026).

Há uma diferença decisiva entre identificar a existência de um projeto e constatar seu funcionamento em condições adequadas. O cartaz documenta a comunicação institucional da iniciativa; não mede velocidade de internet, estabilidade de sinal, tempo de funcionamento do serviço ou autonomia energética. A observação sobre a insuficiência da energia, por sua vez, refere-se às condições percebidas no espaço escolar e não decorre de auditoria elétrica. Interpretar essas duas evidências em conjunto permite problematizar a aparente completude de políticas descritas apenas pela entrega de um recurso tecnológico.

Essa tensão é particularmente expressiva porque conectividade e energia, embora relacionadas, correspondem a dimensões diferentes da infraestrutura. Uma escola pode constar de uma iniciativa de acesso à internet e continuar enfrentando restrições de alimentação elétrica para parte de suas atividades. A existência de placas solares demonstra a presença de uma solução energética, mas não garante, sem informações sobre potência, armazenamento e demanda, que todos os equipamentos possam operar simultaneamente.

Ao tomar a presença de equipamentos e serviços como sinônimo de transformação, corremos o risco de ocultar as condições econômicas e institucionais que estruturam seu uso. Essa crítica foi formulada no contexto das relações entre educação e tecnologias, mas contribui para o exame da realidade descrita porque desloca o foco do artefato para a organização social que o torna operativo. Em Vila Franca, a questão não é apenas saber se determinado recurso está formalmente disponível; é compreender sob quais condições pode integrar as atividades reais da escola.

O contraste observado também me levou a retomar a distinção entre visibilidade de uma política e experiência concreta de sua presença. Um cartaz comunica a oferta de um serviço e expressa um compromisso institucional. A vida cotidiana, porém, é atravessada por necessidades que não se resolvem com a mesma materialidade simbólica da comunicação. Ventilação, segurança, conservação dos equipamentos, iluminação e alimentação elétrica podem demandar recursos distintos. O que o território apresenta, assim, não é uma negação da importância da conectividade, mas uma exigência de pensar sua implementação de maneira integrada.

A analogia com a logística eleitoral requer limites. A insuficiência energética relatada na escola não constitui evidência de que a urna tenha apresentado falha ou de que a votação tenha sido prejudicada. São situações analíticas diferentes. Ao mesmo tempo, ambas tornam pertinente a pergunta sobre as condições necessárias ao funcionamento de tecnologias em locais de difícil acesso. Da embarcação às instalações escolares, a presença de um equipamento depende de sistemas de suporte que raramente aparecem na representação pública do resultado final.

O documento do TRE-PA de 2026, ao descrever o planejamento de deslocamento das urnas por embarcações e outros veículos, reforça que a interiorização eleitoral é uma operação constituída por múltiplas etapas (Pará, 2026). Esse panorama institucional amplia a compreensão da experiência, mas não substitui o relato do itinerário específico de Vila Franca. O mesmo princípio orienta a leitura das políticas escolares: diretrizes e anúncios são importantes para caracterizar a ação pública, sem dispensar a investigação de suas condições concretas de materialização.

Minha experiência conduz, portanto, a uma compreensão menos instrumental da tecnologia. Não considero a urna eletrônica apenas um objeto que chega fisicamente a uma comunidade, nem a conectividade como uma inscrição num programa. São recursos cuja presença precisa ser sustentada por redes de trabalho, transporte, infraestrutura, manutenção, conhecimento e responsabilidade. Ao atribuir centralidade a essas mediações, não diminuo a importância da inovação técnica; procuro situá-la nos processos sociais e territoriais que lhe dão condições de existência.

6 DISCUSSÃO: O QUE A EXPERIÊNCIA ENSINA SOBRE CIDADANIA E MEDIAÇÃO HUMANA

O exercício da cidadania eleitoral se realiza por meio de direitos formalmente assegurados, mas sua concretização envolve condições materiais que variam entre os lugares. A experiência de Vila Franca permitiu-me perceber essa diferença de escala: a eleição constitui um procedimento nacional, ao passo que sua realização acontece em espaços particulares, com trajetórias de deslocamento e infraestruturas que não podem ser integralmente uniformizadas.

Essa tensão não deve ser interpretada como deficiência inerente às comunidades amazônicas. Ela interpela o modo como instituições planejam o alcance territorial de suas ações.

A literatura ajuda a evitar duas leituras simplificadoras. A primeira seria celebrar a chegada da urna como prova suficiente de superação das desigualdades, sem considerar os meios mobilizados para que ela alcance a seção eleitoral. A segunda consistiria em retratar a Amazônia exclusivamente pela precariedade, apagando modos próprios de organização e conhecimentos envolvidos na circulação local. Santos (2006) permite deslocar ambas as leituras para uma compreensão relacional do espaço; Doza e Nogueira (2024) mostram, em outro serviço público, como redes de deslocamento e informação operam de maneira combinada.

Nas imagens de Vila Franca, a paisagem fluvial, a faixa de areia, a carroça e os edifícios não aparecem como ilustrações decorativas. Cada registro indica um problema de interpretação: por onde circulam pessoas e materiais; que equipamentos e meios são mobilizados; onde as instituições se instalam; e quais recursos sustentam suas atividades. A fotografia do cartaz acrescenta uma questão: como avaliar a presença tecnológica quando os indicadores visíveis de inclusão coexistem com condições insuficientes de infraestrutura? Essas perguntas conferem densidade ao relato sem exigir que se inventem eventos ou resultados ausentes do conjunto documental.

A mediação humana constitui o ponto de articulação dessas questões. Ao longo de sete pleitos, a experiência de deslocar-me para comunidades ofereceu-me uma perspectiva profissional sobre a relação entre organização eleitoral e diversidade territorial. A presidência de uma seção não se confunde com o planejamento de toda a operação logística regional, mas insere o trabalho da equipe em uma cadeia institucional mais ampla. Reconhecer essa posição é importante, pois minha experiência permite interpretar situações vividas a partir de um lugar profissional específico, e não falar em nome de toda a Justiça Eleitoral ou de todos os moradores da comunidade.

A abordagem de Daltro e Faria (2019) é especialmente útil para compreender o valor e os limites da narrativa. O relato de experiência não pretende oferecer uma última palavra sobre o fenômeno, mas produzir uma

interpretação situada capaz de suscitar novas perguntas. Na mesma direção, Mussi, Flores e Almeida (2021) defendem a passagem da descrição da prática a sua problematização científica. Foi esse movimento que busquei realizar: recuperar registros de uma atuação concreta, aproximá-los de conceitos sobre técnica e território e indicar tensões que merecem investigação continuada.

A presença anunciada de conectividade em uma escola com restrições energéticas constitui um achado interpretativo central, embora não configure diagnóstico técnico da instituição. Ela mostra por que análises de inclusão tecnológica ganham precisão quando relacionam programas, usos, condições de suporte e percepções de quem conhece o espaço. Se futuras investigações forem realizadas, será relevante documentar a disponibilidade de energia, os equipamentos efetivamente operantes, a estabilidade de conexão, as necessidades da comunidade escolar e os arranjos de manutenção. Esses procedimentos não foram realizados neste relato e permanecem como possibilidades de pesquisa.

O principal aprendizado que extraio desse percurso é que o alcance de uma política pública não se esgota na chegada visível de seu dispositivo. Na Amazônia, a operacionalização de serviços técnicos envolve relações entre lugares, instituições e pessoas, que se tornam especialmente perceptíveis quando deslocamos o olhar do equipamento para as condições de sua presença. Essa perspectiva pode contribuir para debates educacionais e eleitorais sem confundir seus objetos nem pressupor que uma experiência local represente toda a diversidade regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar minha atuação como presidente de seção eleitoral em Vila Franca, procurei compreender a chegada da tecnologia à comunidade amazônica como parte de um processo territorial e institucional mais amplo. A paisagem fluvial, os diferentes meios de circulação e o espaço escolar compõem dimensões concretas dessa experiência. A urna eletrônica, embora central para a realização da votação, não constitui um elemento autossuficiente, pois sua presença depende de ações articuladas, pessoas e condições materiais que tornam possível a organização do serviço eleitoral.

A leitura dos registros também revelou uma tensão relevante entre o anúncio de conectividade escolar e a insuficiência de infraestrutura energética observada. A experiência permitiu, antes, questionar concepções de inclusão tecnológica que privilegiam a disponibilidade formal de recursos e deixam em segundo plano os meios necessários à continuidade de seu uso. O argumento, sustentado pelo diálogo com estudos de território e crítica sociotécnica, ultrapassa a descrição de uma dificuldade pontual sem convertê-la em generalização sobre a Amazônia.

Minha trajetória de participação em sete pleitos eleitorais conferiu profundidade à percepção de que a tecnologia pública chega por meio de trabalho humano e de arranjos locais nem sempre visíveis. A contribuição deste relato reside em tornar essas mediações objeto de reflexão acadêmica, aproximando cidadania, circulação e infraestrutura. Permanecem como limites a ausência de documentação cronológica detalhada da experiência específica e a inexistência de medições técnicas ou indicadores de efeitos da iniciativa de conectividade. Investigações futuras poderão aprofundar essas dimensões, preferencialmente com participação das comunidades, sem substituir suas experiências por diagnósticos externos.

Concluo que a expressão “a tecnologia atravessa os rios” não deve ser tomada apenas em sentido geográfico. Ela nomeia um processo de articulação entre instituições, infraestrutura e práticas humanas. Reconhecer esse processo constitui uma condição para discutir, com maior responsabilidade, o alcance dos serviços públicos e o exercício da cidadania em territórios amazônicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Como nasce uma urna: conheça a logística de armazenamento, transporte e descarte. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Maio/como-nasce-uma-urna-saiba-como-sao-feitos-o-armazenamento-transporte-e-descarte-do-equipamento. Acesso em: 31 out. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Justiça Eleitoral organiza logística para levar urnas a todos os locais de votação do país. Brasília: TSE, 2 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/justica-eleitoral-organiza-logistica-para-levar-urnas-a-todos-os-locais-de-votacao-do-pais. Acesso em: 31 out. 2026.

CRUZ JUNIOR, Gilson. Politizando o digital: contribuições para a crítica das relações entre educação e tecnologias. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1509–1530, 2020. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i3p1509-1530.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015.

DOZA, Bianca da Silva; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fluxos (i)materiais do transporte fluvial e da transmissão via satélite nas escolas de Manaus (AM): o ensino fundamental e médio às margens do rio. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 25, n. 97, p. 322–337, 2024. DOI: https://doi.org/10.14393/RCG259768382.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: descritivo do setor censitário 150680710000019, Aldeia Indígena Vila Franca Arapiuns, Santarém–PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2022/mapas_e_descritivos_de_setores_censitarios/PA/1506807/15068071000/MSR/150680710000019/d_150680710000019.pdf. Acesso em: 31 out. 2026.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: volume 1, diagnóstico. Brasília: ICMBio, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos-arapiuns/arquivos/resex_tapajos_arapiuns__pm_vol1.pdf. Acesso em: 31 out. 2026.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

PANTOJA, Rildo; BORGES, Heloisa da Silva. O rio abandonou o território, como vou chegar à escola? Pedagogia e resiliência em uma escola do campo na Amazônia ribeirinha. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 22, n. 1, 2026. DOI: https://doi.org/10.12957/tamoios.2026.87758.

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Eleições 2026: faltando um mês para o pleito, Pará conclui 1ª fase do envio de urnas. Belém: TRE-PA, 4 set. 2026. Disponível em: https://www.tre-pa.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/eleicoes-2026-faltando-um-mes-para-o-pleito-distribuicao-de-urnas-e-finalizada-no-para. Acesso em: 31 out. 2026.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.